

Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica

doi: 10.5123/S1679-49742017000300001

Sex and gender equity in research and scientific publication

Neste número, a *Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil* (RESS) publica a versão em português das diretrizes sobre Equidade de Sexo e Gênero em Pesquisa (*Sex and Gender Equity in Research – SAGER*),¹ em atendimento a sua política de promoção da integridade na pesquisa e na publicação científica.^{2,3} As diretrizes SAGER destinam-se principalmente a orientar os autores na preparação de seus manuscritos, e incluem orientações para o relato das informações sobre sexo e gênero no desenho do estudo, na análise de dados, nos resultados e na interpretação dos achados. Não obstante a submissão de artigos a periódicos ocorra geralmente depois da finalização da pesquisa e da análise dos dados, o processo de revisão, desempenhado por editores e revisores *ad hoc*, tem grande potencial para aprimoramento dos manuscritos.¹

A equidade de sexo e gênero é um dos aspectos fundamentais a serem considerados nos estudos epidemiológicos, uma vez que o sexo e o gênero são importantes determinantes da saúde. Geralmente, o sexo é classificado como feminino ou masculino, enquanto o gênero engloba um espectro de definições sobre como os indivíduos se identificam e expressam seu gênero. Ou seja, sexo é um atributo biológico, enquanto gênero refere-se a identidades socialmente construídas. O gênero influencia a maneira como os indivíduos se percebem, se comportam e se relacionam, além de estar relacionado à distribuição de recursos e poder na sociedade.¹

As iniquidades decorrentes da ordem patriarcal de gênero se manifestam por diversos meios, incluindo diferentes formas de violência,⁴ assim como oportunidades desiguais no mercado de trabalho, geralmente com prejuízo às mulheres e indivíduos não identificados com o sexo masculino, o que implica também disparidades na pesquisa e na publicação científica.^{5,6}

No último Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2017), a editora multinacional Elsevier publicou relatório sobre gênero no cenário global da pesquisa, contendo resultados de análises de dados bibliométricos da base Scopus.⁷ Brasil e Portugal se destacaram por serem os países onde, de 2011 a 2015, as mulheres constituíram a maior proporção da população de pesquisadores (49%) entre os 12 países estudados. Não obstante os avanços observados nos indicadores relacionados ao gênero na pesquisa e na publicação, no conjunto das áreas de pesquisa, as mulheres tiveram um volume de produção menor do que os homens, embora o impacto medido em termos de citações e acessos a artigos – indicadores que podem ser interpretados como reflexo da qualidade da produção – seja similar. Além disso, as mulheres tiveram menor participação do que os homens em artigos com colaborações internacionais e menor mobilidade internacional do que eles.

No Brasil, as mulheres são maioria na pós-graduação. Dados da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (Capes) revelam que, em 2015, 55% do total de matriculados e titulados em cursos de mestrado e doutorado eram mulheres.⁸ Segundo estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),⁹ no mesmo ano, foi atingida a igualdade entre sexos na distribuição de bolsas de pesquisa no Brasil, com 50% delas concedidas a mulheres e a mesma proporção a homens. Contudo, a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa permanece bastante desigual. No mesmo ano, as mulheres receberam somente 35,5% do total de bolsas de produtividade e 24,6% daquelas de nível 1A. Esse fenômeno, observado globalmente, é denominado “telhado de vidro”, e remete à existência de uma barreira à ascensão das mulheres na carreira acadêmica, bem como à invisibilidade das mulheres no meio.¹⁰

Na área da saúde, as mulheres são maioria na pós-graduação. Em 2015, elas foram beneficiárias de 68% das bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq nesta área.⁹ Essa proporção, com representação feminina de aproximadamente dois terços, também é observada nos indicadores referentes aos artigos submetidos e publicados

na RESS. Em 2016, as mulheres representaram 72% do total de autores dos artigos submetidos (N=1.809), 66% do total de autores dos artigos publicados (N=441) e 72% dos revisores *ad hoc* (N=209). Valores semelhantes foram observados em anos anteriores (2013-2015). O monitoramento das desigualdades de gênero na pesquisa e na publicação científica é fundamental para subsidiar políticas voltadas a seu enfrentamento. Aparentemente, a participação feminina na RESS tem refletido sua participação na pós-graduação na área da saúde.

Embora as desigualdades de gênero venham recebendo atenção crescente e, especificamente na área da saúde, assim como na epidemiologia,¹¹ o número de mulheres tenha superado o de homens, ainda existem barreiras importantes para a participação feminina na pesquisa e na publicação, dado que os avanços necessários têm sido demasiadamente lentos. Nesse contexto, reitera-se o papel dos periódicos científicos, e de todos os envolvidos na publicação científica – editores, revisores, financiadores e autores –, para a promoção da qualidade e da transparência dos estudos publicados, assim como para a promoção da equidade de sexo e gênero para além da pesquisa e da publicação científica, de modo que toda a sociedade seja beneficiada.

Leila Posenato Garcia¹

Elisete Duarte²

¹Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Brasília-DF, Brasil

²Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília-DF, Brasil

Referências

1. Heidari S, Babor TF, Castro P, Tort S, Curno M. Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. *Epidemiol Serv Saude*. Ahead of print 2017.
2. Galvão TF, Silva MT, Garcia LP. Ferramentas para melhorar a qualidade e a transparência dos relatos de pesquisa em saúde: guias de redação científica. *Epidemiol Serv Saude*. 2016 abr-jun;25(2):427-36.
3. Garcia LP. Revisão sistemática da literatura e integridade na pesquisa. *Epidemiol Serv Saude*. 2014 jan-mar;23(1):7-8.
4. Saffioti HIB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad Pagu*. 2001;(16):115-36.
5. Rodrigues JG, Guimarães MCS. A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. *Cad Pagu*. 2016;(46):197-222.
6. Leta J, Carisey M, Sechet P, Ohayon P. As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação: uma comparação Brasil/França. *Rev Serv Publico*. 2006;57(4):531-47.
7. Elsevier Research Intelligence. Gender in the global research landscape: analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject areas. [placeunknown]: Elsevier; [date unknown] [Cited 2017 Apr 4]. Available from: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf
8. Ministério da Educação (BR). Fundação Capes. Mulheres são a maioria na pós-graduação brasileira [Internet]. Brasília: Ministério da Educação; 2017 [citado 2017 abr 4]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>
9. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estatísticas [Internet]. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; 2017 [citado 2017 abr 4]. Disponível em: <http://cnpq.br/estatisticas1>
10. Vaz DV. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Econ Soc*. 2013 dez;22(3):765-90.
11. Reshma, J. Gender Equity in Epidemiology: Miles to Go. *Epidemiol*. 2017 Mar; 28(2):169-171.